



# SUMÁRIO

- LEI MUNICIPAL Nº 761 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2024 - DISPÕE SOBRE OS CRITÉRIOS E FIXA VALORES PARA CONCESSÃO DE DIÁRIAS A VEREADORES E SERVIDORES NO ÂMBITO DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
- RESULTADO FINAL E HOMOLOGAÇÃO\_EDITAL Nº002\_2024 LEI PAULO GUSTAVO.



Lei



**LEI MUNICIPAL Nº 761 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2024**

**DISPÕE SOBRE OS CRITÉRIOS E FIXA VALORES PARA CONCESSÃO DE DIÁRIAS A VEREADORES E SERVIDORES NO ÂMBITO DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE CENTRAL, ESTADO DA BAHIA**, no uso de suas atribuições e em conformidade com a legislação vigente, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º** Fica instituído o pagamento de diárias aos Vereadores e Servidores Públicos Municipais lotados na Câmara Municipal de Central que, no interesse público, tiverem que se deslocar a serviço da Câmara Municipal de Central.

**Art. 2º** Ao vereador e/ou servidor da Câmara Municipal que receba autorização para se deslocar do Município, em objeto de serviço, em missão Oficial do Poder Legislativo ou para a realização de cursos de capacitação, seminários, assemelhados e/ou de aprimoramento relativo ao exercício das suas funções, será concedida indenização de diárias.

**Art. 3º** As diárias destinam-se à indenização de despesas com alimentação, hospedagem, locomoção urbana e permanência na outra localidade, dos vereadores e servidores da Câmara Municipal, quando se deslocarem por qualquer parte do território nacional, fora da sede funcional, por motivo de trabalho ou em missão institucional, estando condicionados à discussão de assuntos do Poder Legislativo, e mediante autorização do Presidente da Câmara, para:



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**CENTRAL**  
Juntos, Trabalhando Pelo Povo

I - participarem de reuniões previamente agendadas com autoridades de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

II - participação em encontros, seminários, cursos ou congressos, com o objetivo de ampliar conhecimentos para aperfeiçoar o desempenho de seu mandato parlamentar ou, aprimoramento profissional e melhor desempenho das funções;

III - para representar a Câmara Municipal em eventos oficiais, por delegação outorgada pelo Presidente da Câmara;

IV - para comparecer ao Tribunal de Contas da Bahia, às Câmaras Municipais de outros Municípios, à Assembleia Legislativa do estado da Bahia ou a outros Órgãos e entidades públicas de quaisquer dos Poderes da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, a fim de obter subsídios referentes a matérias em tramitação na Câmara Municipal e para tratar de assuntos de interesse do Poder Legislativo;

V - para comparecer em reuniões, previamente agendadas, com especialistas técnicos de empresas ou institutos de consultoria, para tratar de assuntos afetos às áreas técnicas dos setores administrativos ou matérias que sejam objeto de proposições legislativas, em estudo ou já em tramitação na Câmara Municipal;

**Art. 4º** As diárias serão diferenciadas, de acordo com a categoria dos Agentes Políticos, e dos servidores, com a distância do destino de viagem.

**Art. 5º** Entende-se como diária para fins desta Lei o período de 24 (vinte e quatro horas) incluindo-se o pernoite.

**Art. 6º** A diária de viagem, de caráter indenizatório, será paga antecipadamente à data de saída e deslocamento do domicílio.

**Art. 7º** A concessão de diárias só se efetivará mediante autorização prévia do Presidente da Câmara Municipal, após a realização de requerimento por escrito, protocolado na Secretaria da Câmara Municipal, atendendo aos seguintes critérios:



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**CENTRAL**  
Juntos, Trabalhando Pelo Povo

I – a solicitação deverá ser feita pelo servidor ou Vereador interessado, e dirigido ao Presidente da Câmara Municipal, em até 03 (três) dias antes da data da saída para a viagem, por meio da utilização de formulário próprio constante do anexo I dessa lei a ser disponibilizado pela Secretaria da Câmara Municipal e preenchido pelo requerente;

II - tratando-se de viagens para realização de cursos/seminários de capacitação, necessária, ainda, a comprovação posterior da frequência, através de certificado fornecido pelo realizador do evento, bem como a existência de nexos entre as atribuições regulamentares do cargo e as atividades realizadas na viagem;

III – Deferimento ou indeferimento do pedido pelo Presidente da Câmara, até 01 (um dia) antes da data da saída para o deslocamento, confirmando ou retificando expressamente a quantidade de diárias e o respectivo valor;

§1º Na hipótese de não coincidência entre a quantidade de diárias concedida e a quantidade de dias de efetivo afastamento serão juntados ao processo correspondente os dados e documentos relativos à redução do período inicialmente considerado a devolução de diárias não utilizadas ou, alternativamente, à ampliação do período e à complementação do valor devido.

§2º A concessão de diárias é discricionária do Presidente da Câmara Municipal, que poderá deferir; deferir parcialmente; ou indeferir, sempre observando a disponibilidade financeira e a relevância para o órgão legislativo, não sendo obrigado a conceder quando não julgar pertinente.

**Art. 8º** Para fins de prestação de contas, nas hipóteses de deferimento ou deferimento parcial e após a comprovação do cumprimento dos fins das diárias, a Diretoria Administrativa da Câmara deverá observar e preencher a tabela constante do Anexo I desta Lei, colhendo ao final, as assinaturas do favorecido e do Presidente da Casa.

**Art. 9º** Para deslocamento por período inferior a 24 (vinte e quatro horas) ou que não se necessite de pernoite, mas tão somente alimentação e



transporte, será concedida apenas o valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) da diária.

**Art. 10º** O vereador ou servidor que receber diária e não se afastar da sede do município, por qualquer motivo, fica obrigado a restituí-la, integralmente, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas da data de comunicação.

**Art. 11º** No caso específico de diárias decorrentes da participação em cursos/seminários de capacitação, deverá ser apresentado pelos Vereadores ou Servidores, declaração ou Certificados que atestem a representação em eventos, palestras, seminários, cursos ou visitas a autoridades que venha comprovar o interesse público da viagem.

**Art. 12º** Fica fixado o valor de diária aos Vereadores e Servidores Públicos Municipais lotados na Câmara Municipal de Central, conforme tabela abaixo:

CATEGORIA	CLASSE DA DIÁRIA	LOCALIDADE ACIMA DE 50 km	LOCALIDADE ACIMA DE 100 KM ATÉ 200 KM	LOCALIDADE ACIMA DE 200 km	PARA OUTROS ESTADOS
<b>PRESIDENTE</b>	A	R\$ 75,00	R\$ 120,00	R\$ 450,00	R\$ 650,00
<b>VEREADORES</b>	B	R\$ 75,00	R\$ 120,00	R\$ 450,00	R\$ 650,00
<b>SERVIDORES</b>	C	R\$ 50,00	R\$ 70,00	R\$ 300,00	R\$ 450,00

Tabela 1: Fixa valor das diárias.



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**CENTRAL**  
Juntos, Trabalhando Pelo Povo

**Art.13º** Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Lei nº 541 de 01 de fevereiro de 2011.

**Art. 14º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Central-Bahia, em 12 de dezembro de 2024.

**JOSÉ WILKER ALENCAR MACIEL**

Prefeito Municipal



Outros



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**CENTRAL**  
Juntos, Trabalhando Pelo Povo

**EDITAL Nº 002/2024 – DO AUDIOVISUAL DE ACORDO COM O QUE  
REGEM OS INCISOS I E II DO ARTIGO 6º DA LEI COMPLEMENTAR 195/22.  
LEI PAULO GUSTAVO**

**RESULTADO FINAL E HOMOLOGAÇÃO**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CENTRAL - BA**, através da Comissão de Coordenação, Implementação e Fiscalização da Lei Paulo de acordo com as disposições contidas no **Edital Nº 002/2024** para CHAMADA PÚBLICA DE PROPOSTAS DO AUDIOVISUAL DE ACORDO COM O QUE REGEM OS INCISOS I E II DO ARTIGO 6º DA LEI COMPLEMENTAR 195/22, em conformidade com o Plano de Ação Nº 30882120230002-011047 – Ministério da Cultura / Fundo Nacional de Cultura / Lei Complementar Nº 195/2022 bem como o Decreto Federal Nº 11.525/2023 e a Lei Municipal Nº 738/2023 do Crédito Especial, torna público o Resultado Final e Homologação dos Proponentes Contemplados, conforme tabela anexa.

Central – BA, 23 de Dezembro de 2024.

**COMISSÃO DA LEI PAULO GUSTAVO:**

Ednaldo Xavier de Souza  
Jandivaldo Ferreira de Santana  
Raimir Oliveira Filho  
Liliane Oliveira Maciel  
Juluarina da Cruz Rocha  
Marcos Oliveira Guedes



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**CENTRAL**  
Juntos, Trabalhando Pelo Povo

RESULTADO FINAL E HOMOLOGAÇÃO

Nº	PROPONENTE	PROPOSTA	CATEGORIA	SITUAÇÃO	NOTA FINAL
01	NILDEIR MARIA BARRETO	PROJETO AÇÃO QUILOMBOLA	Audiovisual	Aprovado	85,0
02	MARIA GRACINETE H. DOS SANTOS OLIVEIRA	PROJETO RAIZES CORDAS E CANTO	Audiovisual	Aprovado	85,0
03	MAURICIO NUNES DOS SANTOS	DOCUMENTÁRIO: OS CONTOS DO SERTÃO	Audiovisual	Aprovado	80,0
04	MARCOS VALDIR PIRES	VIDEO CLIPE RECORDAÇÕES	Audiovisual	Aprovado	80,0
05	GHEAN MARCIO GONÇALVES DE OLIVEIRA	DOCUMENTÁRIO: CENTRAL: ARQUEOLOGIA, PALEONTOLOGIA E BELEZAS NATURAIS	Audiovisual	Aprovado	75,0

JOSÉ WILKER ALENCAR MACIEL  
Prefeito Municipal